

MARIELLE FRANCO, MULHERES NEGRAS E A DEMOCRACIA NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS SOBRE AS DISPUTAS ÀS GRAMÁTICAS POLÍTICAS

MARIELLE FRANCO, BLACK WOMEN AND DEMOCRACY IN BRAZIL: BRIEF NOTES ON THE DISPUTES OVER POLITICAL GRAMMARS

Yercia Assis¹

RESUMO

O assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (1979 - 2018) se organiza na história recente da democracia brasileira como um dos grandes achincalhes sofridos pela representação política oriunda dos segmentos populares, das comunidades negras, e das coalizações protagonizadas por mulheres negras. A posterior lentidão para resolução do caso revela mais uma camada das prerrogativas que sistematizam as prioridades do Estado brasileiro. Somado a isso, a ascensão da fase política desde a eleição de Jair Messias Bolsonaro e seus aliados(as) tem colocado a sociedade brasileira e os seus direitos conquistados em situações de dilemas e violações. Esse conjunto de ações e fatos tem imposto uma configuração que exige pensar quais são as possibilidades diante dos desafios e enfrentamentos que se sobressaem, especialmente, para as mulheres negras na dimensão da política. Busquei pensar como Marielle Franco e seu violento assassinato funcionam aqui, como um ícone representativo sobre a desidratação do processo de garantias de direitos políticos e, por isso, do processo democrático. Ao passo que esse mesmo fato se tornou também uma força emblemática para as discussões sobre as nossas disputas acerca das gramáticas políticas que orientam as relações entre sociedade, estado e representantes eleitas(os). Preferencialmente, penso que as outras gramáticas políticas que o Brasil tenha sido tensionado a pensar são frutos das articulações promovidas pelas mulheres negras e suas muitas estratégias de incidência política realizadas nas arenas dos poderes. Revelando, portanto, que tipo de democracia tem sido experimentada e disputada por esses grupos de mulheres atualmente.

PALAVRAS-CHAVE: Marielle Franco; mulheres negras; democracia; direitos humanos.

ABSTRACT

The murder of Rio councilwoman Marielle Franco (1979 - 2018) is organized in the recent history of Brazilian democracy as one of the great insults suffered by political representation coming from popular segments, black communities, and coalitions led by

¹ Profa. Dra. na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Email: yersiaassis@ufrb.edu.br

black women. The subsequent slowness in resolving the case reveals yet another layer of the prerogatives that systematize the priorities of the Brazilian State. Added to this, the rise of the political phase since the election of Jair Messias Bolsonaro and his allies has placed Brazilian society and its conquered rights in situations of dilemmas and violations. This set of actions and facts has imposed a configuration that requires thinking about the possibilities in the face of the challenges and confrontations that stand out, especially for black women in the political dimension. I tried to think about how Marielle Franco and her violent murder works here, as a representative icon about the dehydration of the process of guaranteeing political rights, and therefore, of the democratic process. Meanwhile, this same fact has also become an emblematic force for discussions about our disputes about the political grammars that guide the relationships between society, state and elected representatives. Preferably, I think that the other political grammars that Brazil has been forced to think about are the result of the articulations promoted by black women and their many political advocacy strategies carried out in the power arenas. Revealing, therefore, what type of democracy has been experienced and fought for by these groups of women at the current time.

KEYWORDS: Marielle Franco; black women; democracy; human rights

DEMOCRACIA E MULHERES NEGRAS: AVANÇOS E RECUOS ²

Aba ni ja, mà jebi eni³

(Quando Ela luta com você, a falha jamais é Dela)

Avançar em nomes de outras vias, ou em favor de outras formas de experimentar a vida, talvez seja um dos motes mais prementes nas atividades políticas das mulheres negras brasileiras. A agenda de luta por igualdade, equidade e acesso a direitos se constitui como uma reivindicação em nome da vida e da possibilidade de gozá-la com o mínimo conforto possível. Essa luta historicamente travada por Gonzalez (*apud* União dos Coletivos Pan-Africanistas, 2018) se exemplifica de diversas formas, e nos vários arranjos que articulam mulheres e jovens negras no Brasil, mas também

² Agradeço a leitura cuidadosa de Jefferson Dantas. Sou grata pelas sugestões e ponderações feitas ao texto. Alerto que todos os equívocos e elaborações pouco desenvolvidas são de minha inteira responsabilidade.

³ Trecho de um dos louvores cantados em Yoruba no dia de Oya em Ogbomosho, 15 de fevereiro de 1977. In: GLEASON, Judith. Oya: um louvor a uma deusa africana. Tradução: Angela do Nascimento Machado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93

transnacionalmente, criando assim, redes nacionais e internacionais que pensam a condição da mulher negra, inclusive na política.

No debate organizado, as mulheres negras já compreenderam desde muito a importância de qualificar a democracia, e em razão de tomá-la para si como um elemento que precisa ser preenchido de significações que façam sentido para este grupo. Este embate que, por ser lido como histórico, criou tensões até mesmo com alas que, em geral, podem ser lidas como aliadas. Neste caso, a posição que as mulheres negras reivindicam na luta política também confere uma crítica acesa e direta ao próprio feminismo brasileiro, e como ele se constituiu para as mulheres negras, ou em detrimento delas, como explica Bairos (1995). Essas tensões resvalam também naquilo que se tem considerado, inclusive, como processo democrático no Brasil.

Aqui, pensamos a democracia como um arranjo em plena ordenação, que convive com fluxos e refluxos intensos, e que, mais atualmente, vive uma fase grave, com efeitos nefastos para diversos setores da sociedade brasileira. Poderíamos também pensar que a democracia brasileira, enquanto sistema jurídico-político vigente, tem vivido de avanços e recuos. Nessas progressões e retrações, as mulheres negras ora emplacam na forma de impulsionar o avanço, ora estão na contenção dos danos. Em ambos os pontos, são esses grupos organizados de mulheres que visam oferecer propostas para um Brasil efetivamente democrático, logo, que garanta experiência plena de vida, de bem viver. São agentes para mudar, transformar ou estancar a realidade brasileira.

Nos idos dos últimos dois decênios, as mulheres negras conviveram com situações nacionais em que a pauta do debate racial em confluência com a raça teve um relevo preponderante. A própria atuação das mulheres negras no pré e pós-Durban (Ribeiro, 2010) demonstra a força política que se espalhou em um momento histórico singular. Ademais, a criação da Seppir e seus comandos institucionais femininos criou novas garantias e outros canais de diálogo. E mais atualmente, vemos na esteira das transformações institucionais a criação do MIR - Ministério da Igualdade Racial, com a ministra Anielle Franco, irmã de Marielle Franco.

O MIR tem funcionado como um equipamento do Executivo nacional que busca centralizar as discussões sobre as relações raciais brasileiras nas perspectivas das promoções e avanços em torno da igualdade racial. Por outro lado, funciona como um

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93

dispositivo institucional que colabora no combate aos racismos e suas formas correlatas. Considero que esses avanços institucionais contribuem para as disputas conceituais que estão sendo feitas acerca das gramáticas de poder e institucionais no Estado brasileiro, com evidentes efeitos nos nossos projetos de democracia. Considerando, inclusive, a democracia como um ordenamento em pleno processo de conformação.

Na esteira dessas mudanças institucionais se revelam também, assim, alterações que interpelam a democracia. Nesses itinerários, as mulheres negras continuam reivindicando avanços, cobrando ações e exigindo direitos. Entendendo, inclusive, que as progressões acontecidas foram/são acanhadas frente às dívidas históricas atreladas a este grupo social. Neste ponto, vale sublinhar a Marcha das Mulheres Negras, realizada em 2015, momento que reuniu várias centenas de mulheres negras em prol da luta política organizada, e especialmente, as reivindicações ao Estado brasileiro e suas ausências no que concerne à produção de políticas que interconectem gênero e raça (Collins; Bilge, 2021).

A Marcha das Mulheres Negras de 2015 foi uma demonstração importante da força de articulação destes grupos de mulheres negras e de como isso lançava questionamentos para a sociedade brasileira. Na perspectiva de apontar que os meandros que estavam sendo indicados para o processo democrático brasileiro ainda não correspondiam ao projeto desejado e articulado por essas frentes, a Marcha das Mulheres Negras em 2015 foi uma missiva ao Brasil, no sentido de que, para as mulheres negras brasileiras, a situação social, política, cultural e de condição não era nem de longe a desejada, ou mesmo requerida por esse grupo.

Não por acaso, a Marcha se articula um ano antes das eleições de 2016. Eleições estas que elegem Marielle Franco com mais de 45 mil votos depositados por cariocas da cidade do Rio de Janeiro. Marielle que é cria da Maré, também é cria desses acirramentos propostos e articulados pelas mulheres negras e por suas formas de organizar e articular. Cria da favela e cria do movimento de mulheres. Cria do avanço político – democrático garantido pelos enfrentamentos liderados por essas redes. Marielle também foi vítima do recuo do processo democrático e político do Brasil, foi vítima quando foi assassinada brutalmente em 14 de março de 2018, no governo Michel Temer, e no ano da eleição de Jair Messias Bolsonaro. A morte dela significou uma contenção proporcionada pelo

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93

avanço de mulheres negras e semelhantes à Marielle. Revés que se agudizou com a eleição de Bolsonaro.

Neste sentido, consideramos que a democracia brasileira em interface com as mulheres negras se localiza em uma situação de avanços interessantes e em recuos ardilosos. E a ascensão política de Marielle enquanto vereadora e posteriormente a sua brutal morte concentram em uma exemplificação evidente quais são as relações estabelecidas entre o projeto democrático brasileiro e o que ele oferece às mulheres negras. Muito embora, os planos pelas defesas para sobreviver são parte das estratégias cotidianas, para não dizer, seculares das mulheres negras (Soares, 1996). Essas articulações, que levam sempre em sua intenção a criação de possibilidades para sobreviver são, mais das vezes, o escudo e artifício contra-ataques e achincalhes historicamente sofridos. Com isso, a modulação emblemática da eleição e, posteriormente, morte de Marielle, se transforma em mais um elemento em nome da existência e pelo bem viver.

Antes de prosseguirmos, apresentamos como estão desenvolvidas as outras etapas deste texto. Fazemos essa escolha a fim de assegurar uma melhor compreensão do que aqui é abordado. Dividimos o texto com essa introdução, na qual pensamos rapidamente como tem se dado esse processo que vincula a luta das mulheres negras e a construção do processo democrático, dando relevância, especialmente, para os fatos mais recentes e como eles se ligam à própria trajetória de Marielle Franco. Em seguida, pensamos como as lutas diárias empreendidas pelas mulheres negras tem se constituído como um elemento que tem causado irritação a determinados setores da sociedade brasileira, atualizando assim, os aspectos que relevam as assimetrias em que se pautam as relações das pessoas brancas e não brancas no país.

Destacamos, mais uma vez, como essas irritações colocam na mira as mulheres negras, oferecendo manutenção ao racismo e sexismo sofridos por esse grupo. A seguir, apontamos como Marielle Franco concentrava em si e na sua trajetória pessoal e política vários Brasis. Os Brasis levados pela vereadora são os diariamente tensionados, desqualificados e autorizados ao extermínio. Não por acaso, Marielle foi executada. Por fim, apontamos como a execução de Marielle foi deslocada do luto para luta, oferecendo seguimento e manutenção às bandeiras que a própria vereadora levantava, e indo além,

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93

pois o Levante Marielle na política foi adensado e obrigou o Brasil e a sociedade brasileira a pensar as suas qualidades institucionais enquanto Estado democrático.

Sinalizo assim, que nesse texto opto por discutir, por meio de algumas notas, como as mulheres negras e suas estratégias estão disputando a política brasileira, seja ela na dimensão conceitual, seja na dimensão material, ou seja, ocupação de cargos públicos e vagas na política partidária. Considera-se, inclusive, que a inserção de parlamentares negras, e não apenas, mas também indígenas, quilombolas e ribeirinhas, funciona como um efeito de uma prática política acertada através da luta organizada, e especialmente da ressemantização do que é política, e do que é político para as mulheres negras.

Nesse sentido, entendo que esses direcionamentos proporcionam torções, rompimentos, alterações, descartes e embates às noções e descrições dos usos e sentidos às concepções da política, da democracia, do Legislativo, do Executivo e do parlamento. Aqui, preferencialmente, penso que essas articulações promovidas pelas mulheres negras envolvem a organização de outra gramática política que o Brasil passa a adquirir a partir e através das concorrências simbólicas e materiais provocadas por essas mulheres e suas lutas organizadas na arena pública e dos poderes.

EMPREGO DOMÉSTICO E MULHERES NEGRAS: EXEMPLOS DE LUTAS DIÁRIAS

Entre a promulgação da lei que dispõe sobre o exercício da profissão da empregada doméstica e a execução de Marielle decorrem-se menos de cinco anos. A promulgação da lei e o assassinato da vereadora carioca indicam as dificuldades e os desafios da construção democrática no país. A Lei complementar 150/15 foi uma vitória sem precedentes para mulheres negras, grupo que tem ampla relação com essa atividade laboral. Após idas e vindas legislativas, jurídicas e da opinião pública, em 2015, tem-se a sanção desse marco jurídico que apontava para regularização e estabelecimento de garantias entre quem exerce essa função e quem a contrata.

O serviço doméstico é considerado uma atualização das relações que o Brasil ainda conserva do seu passado escravista e colonial. A denúncia e reivindicação, por exemplo, pela regulamentação legal da profissão decorre, principalmente, pelo ímpeto de

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93

romper com essa estrutura ainda vigente na vida social brasileira. Vale ressaltar que a compreensão sobre o universo doméstico e as mulheres negras é amplamente discutida, fazendo parte, inclusive, das análises de mulheres negras e coletivos negros, conforme apontou Gonzalez (*apud* União dos Coletivos Pan-Africanistas, 2018, p. 260),

Afro: E no Brasil, onde se concentram as mulheres negras?

Léila Gonzalez: Se concentra nas profissões manuais, de menor prestígio e remuneração. Trabalhadora rural, indústria de extração, etc. Muitas vezes nem salário têm. Nas zonas urbanas está concentrada na prestação de serviços domésticos. Nas profissões manuais estão concentradas 83 por cento da mão de obra negra. Daí você tem uma ideia de como andam nossas companheiras.

A localização laboral da mulher negra em atividades domésticas é historicamente analisada por outras mulheres negras, que denunciam e reivindicam outras posições para esse grupo. Neste sentido, de algum modo, se pensamos contemporaneamente, as posições da luta pelo bem viver, ou por outras formas de experimentar a vida, são motes históricos na pauta política do movimento organizado de mulheres negras. Esses acirramentos têm passado pelo campo da política institucional, pela possibilidade de disputar esse lugar e, de assim, alcançar oportunidades de operar os espaços de poder. Pois, isso se traveste pela luta pelo direito, pela negociação, inclusive, do que será considerado como investimento do Estado, incluindo as construções legislativas, e logo, o que é jurídico-institucional relevante. Numa observação ampla, pautar condições melhores de trabalho para mulheres negras é qualificar a luta dos Direitos Humanos.

No Brasil, isso tem se mostrado um ponto cada vez mais imprescindível, especialmente quando observamos exemplos que atualizam a condição perversa que condiciona mulheres negras ao emprego doméstico, para continuarmos na interface proposta. Lembramos, assim, do caso de Miguel, criança morta em virtude de uma queda ocasionada pela negligência da senhora Sari Corte Real, patroa da mãe de Miguel, Mirtes Renata Santana de Souza. O caso desenhou em linhas atuais o que são as relações que persistem entre mulheres negras, emprego e vulnerabilidades. Como explica Pena (2020), a desvalorização que a população negra brasileira sofre ainda é uma constante, e nesse cenário, as mulheres negras são as mais penalizadas, e por isso, merecem que existam

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93

cada vez mais estratégias que pautem condições melhores para suas existências. Marielle e sua articulação política fortaleciam esses pontos.

Como Marielle, algumas outras mulheres negras tomam para si a disputa político-partidária, entendendo que isso possibilitaria garantir outros benefícios nas trajetórias das mulheres negras em geral. Não por acaso, Benedita da Silva estará presente quando da sanção da lei que regulamentou o serviço doméstico do país. Essa luta que, em muitos momentos, se condensa em um dia, ou em uma lei, ou em um ponto positivo, ou negativo, se trata, mais das vezes, no momento em que se reconhece o acúmulo histórico das lutas diárias empreendidas pelas mulheres negras nos seus grupos organizados. E é essa condição diária de luta que permite, por exemplo, a promulgação da lei do trabalho doméstico.

Será esta condição que articulará diversas organizações de mulheres negras em nome da reivindicação para o oferecimento por parte do Estado de uma atuação que vise elucidar a execução de Marielle, com a posterior condenação dos culpados. Não concedendo, assim, espaços para que o caso Marielle seja mais um exemplo do fracasso do Estado brasileiro com a população negra, periférica, favelada, Lgbtqiapn+, para citar algumas intersecções que se aproximam da trajetória da vereadora. São as ações por parte desses grupos, dos grupos de mulheres negras, que vão lembrar diariamente que não há mais permissão para tantas omissões, descasos e demonstrações de que o Estado brasileiro prefere seguir numa trajetória institucional de desprezo às mulheres negras.

As mulheres negras e seus grupos organizados dominam a situação brutal que foi o episódio do assassinato. Para questionar o processo democrático, para provocar o sistema judiciário, para apontar como é relevante a promoção e garantia de direitos, como é fundamental efetivar os Direitos Humanos no país, e especialmente, como é importante que o país reconheça seus diversos modos de agir racista. São as mulheres negras e os diversos setores dos Direitos Humanos no Brasil, mas também os internacionais que passam a exigir ainda mais fortemente que a sociedade e o Estado brasileiros se pautem a partir do combate aos diversos preconceitos e suas formas correlatas, com destaque para os enfrentamentos ao racismo e desigualdades de gênero.

O alcance dessas mobilizações e a criação de um conjunto que tem buscado acompanhar, questionar e publicizar os encaminhamentos legais do caso Marielle

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93

demonstram como essas articulações possibilitam outras respostas institucionais. Embora o caso continue sem solução, ademais, muitas são as situações que abalam o seguimento das investigações, como mudanças de agentes importantes, como profissionais ligados às promotorias de justiça. Mais uma vez, são as mulheres negras que estão acirrando com o Estado brasileiro na sua faceta jurídico-institucional. Neste decurso, consideramos que, não havendo o protagonismo destes grupos de mulheres negras, possivelmente as condições seriam ainda mais massacrantes.

Pode parecer que a luta empreendida por uma melhor condição laboral ofertada pela regulamentação do serviço doméstico e a localização de Marielle sejam opostas ou distintas demais, ou mesmo distanciadas. Mas tanto a trajetória da vereadora, como a sanção desta lei, revelam o ímpeto de gerar dignidade à vida das pessoas, neste caso, especialmente das mulheres negras. Esses fatos se formulam como um arco histórico de luta pelos direitos humanos no Brasil. Empregadas domésticas com direitos garantidos e a execução de Marielle não sendo banalizada, sendo tomada como impulso para reivindicações e resistências são outras respostas que são oferecidas às interfaces que interseccionam raça, classe e gênero seja pelo viés que se direciona para observar a localização da trajetória da vereadora, seja para observar esse conjunto de mulheres diretamente ligadas à Lei Complementar 150/15.

MARIELLE, PRESENTE! HOJE E SEMPRE!

A história sociopolítica no Brasil nos últimos dois decênios tem se mostrado vivamente dinâmica. Sendo, os últimos 10 anos, com movimentações inesperadas e não cogitadas. Neste ponto, destaco o impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016, e aqui vale pensar em que equação democrática o Brasil entra, e como isso se apresenta como um refluxo histórico na consolidação da democracia brasileira, como apontam Pinto (2016) e Biroli (2018). E mais adiante, o momento sociopolítico se reveste de mais uma camada densamente nebulosa com a eleição de Jair Messias Bolsonaro. Passamos pela égide do governo bolsonarista somada a uma crise sanitária sem precedentes causada pelo vírus SARS-CoV-2, que causou mortes, sequelas e agravamento das condições sociais e econômicas no país. No tempo histórico, estamos

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93

vivendo os efeitos desse momento. E a trajetória e os fatos que irrompem na vida de Marielle Franco também estão inseridos nessa conjuntura.

Marielle Franco se tornou uma mulher que dispensa apresentações. Por outro lado, a sua trajetória e sua morte brutal, provocam em quem acessa esses fatos, um movimento de querer se aprofundar em quais seriam os aspectos que permitiriam uma situação tão brutal como essa que foi sua execução, especialmente, em se tratando de uma representante da política institucional. É como se o mesmo estarecimento pela situação também impelisse em quem conhece uma disposição em entender quais são as justificativas ou engendramentos que levam um país democrático a permitir situações como essas.

Marielle e sua história se tornam internacionalmente relevantes porque ela acrescenta uma camada aos tipos de análises que podem ser feitas do Brasil enquanto país que tem compromissos legais, internos e também externos. Portanto, a história de Marielle é relevante internacionalmente por evidenciar um distanciamento do que se convencionou em compromissos supranacionais. Marielle e sua execução se tornam, assim, um retrato do tempo sócio-histórico e da própria virulência dos retrocessos que o país tem experimentado. Como afirma Pinto (2016, p. 93),

O fato é que, se vista a partir das experiências de populações negras, indígenas, mulheres, LGBTT, trabalhadores pobres do campo e da cidade e outros condenados dessa terra chamada Brasil, a história deste país é a prova de que a violência, como manifestação de ódios, é uma marca da nossa sociabilidade.

A situação de morte de Marielle se converte em mais um exemplo de como a violência efetivamente faz parte dos modos que operam as nossas relações sociais, públicas, e mesmo àquelas que parecem ser minimamente protegidas pelo Estado, pois, são, mesmo que por um período específico de tempo, representantes deste. Afinal, não é equivocado lembrar que Marielle estava em pleno exercício do seu primeiro mandato como vereadora da cidade do Rio de Janeiro. A sua terrível execução preencheu, de algum modo, de mais sentidos o que temos considerado como projeto democrático. Demonstrou também como a democracia brasileira ainda não está amadurecida o bastante, e assim também uma parte da sociedade brasileira. E mais do que isso, o conjunto de garantias

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93

institucionais que Marielle acessava enquanto vereadora não foi capaz de garantir sua vida, tampouco do seu motorista, o senhor Anderson Pedro Gomes.

Marielle, por assim dizer, excede sua própria história pessoal e se torna um caminho político que engaja, provoca, produz e incorpora perspectivas acerca da condição da mulher negra na política institucional, na cena pública, na disputa legislativa, na coalização de forças em defesa dos Direitos Humanos, na organização e na reorganização do sistema público.

Mesmo após morta, é alvo de fake news e violências que tentam impingir na sua trajetória pontos negativos, ou moralmente negativos, como sua associação ao tráfico de drogas ou ao fato de ser uma mulher lésbica. Ambos os pontos não são negativos em si, na perspectiva de que o tráfico de drogas é uma infração/crime com previsão no Código Penal Brasileiro, e por isso, deve ser tratado como tal, o que, logo, não autoriza a execução de nenhuma pessoa, ao menos no Brasil.

A condição sexual localizada a partir de condicionantes morais como ferramentas de julgamento para justificar punições, inclusive uma ‘punição divina’, não cabe, especialmente, em um país laico. Por isso, consideramos importante apresentar Marielle Franco. A apresentação que sublinhamos consta na página on-line da Instituição que leva seu nome. A Instituição Marielle Franco é mantida pela sua família com outras alianças de movimentos sociais, de movimentos de mulheres negras e movimentos pela defesa dos direitos humanos no Brasil e no mundo. A descrição apresenta que,

Marielle Franco é mulher, negra, mãe, filha, irmã, esposa e cria da favela da Maré. Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. 13 Tiros atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes. Quem mandou matar Marielle mal podia imaginar que ela era semente, e que milhões de Marielles em todo mundo se levantariam no dia seguinte. Marielle se formou pela PUC-Rio, e fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua dissertação teve como tema: “UPP: a redução da favela a três letras”. Iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Trabalhou em organizações da sociedade civil como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm).

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93

Coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e construiu diversos coletivos e movimentos feministas, negros e de favelas. Aos 19 anos, se tornou mãe de uma menina. Isso a ajudou a se constituir como lutadora pelos direitos das mulheres e debater esse tema nas favelas (Instituto Marielle Franco, 2024).⁴

Chama atenção o tempo verbal utilizado na descrição apresentada: “*Marielle Franco é*”, Marielle é apresentada no tempo presente. Consideramos que essa introdução da apresentação da vereadora se vale da ideia que Marielle Franco se transmutou da figura física para a ideia Marielle Franco que agrega noções que transparecem a condição de luta da vereadora, a condição social, a condição territorial, a condição política, a condição materna e como são esses elementos que formulam e forjam a trajetória dela. Também consideramos que Marielle é, em virtude que a sua posição tem inspirado e provocado ainda mais ações por parte de muitas outras mulheres, especialmente, de outras mulheres negras que tomam para si o campo político como um território a ser conquistado, a ser povoado e a ser demarcado por outras linguagens e formas de fazer política institucional, e em muitos sentidos tentando na transformação desses espaços, desses territórios políticos.

SEMENTES MARIELLE: OCUPANDO O TERRITÓRIO POLÍTICO

Fazemos parte de um contingente populacional que foi objeto de atenção especial do ex-governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, cuja assessoria elaborou proposta de esterilização massiva das mulheres negras, a partir do argumento de que se o crescimento da população negra não fosse controlado, no ano 2.000 eles seriam maioria absoluta e poderiam disputar o controle do poder político no país (Geledés, 1993, p. 12).

O texto publicado no Cadernos Geledés de 1993 foi resultado das movimentações que aconteceram desde 1988, sendo este ano ricamente intenso na organização das pautas das mulheres negras. Desta data em diante, outras conformações políticas são alcançadas, como bem aponta o próprio documento. Este excerto escolhido aponta uma denúncia

⁴ Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle>. Acesso em: 03 out. 2024.

grave sobre a posição que uma gestão pública procedia com suas ações também públicas para com o grupo de mulheres negras.

Este mesmo excerto, além de denunciar o fato, analisa e sacramenta com precisão que o objetivo escuso ou as segundas intenções condicionadas aos atos de esterilização de mulheres negras era o enfraquecimento da própria população negra. Com uma análise que apenas observadoras atentas da realidade podem chegar, essas mulheres vaticinam como o enfraquecimento da população negra se tornaria impedimento para uma disputa política em outros termos, num futuro próximo. De algum modo, este futuro chegou, e são os anos 2000. Se tornando cada vez mais premente o acirramento político.

Como boa parte dos temas que circulam na sociedade brasileira, os desdobramentos complexos são premissas básicas. Parece que no Brasil, dada nossa construção social labiríntica, nada é facilmente explicado ou tem caminhos lineares. Assim também tem sido no campo da disputa política, pois, se por um lado há o aumento expressivo da presença dessas pessoas no sistema político - e aqui, gostaria de apontar que as candidaturas atuais têm se demonstrado racialmente posicionadas, e numa compreensão da necessidade da ocupação do Legislativo e do Executivo -, por outro lado, as candidaturas negras são ainda as mais precárias, em termos de financiamento, menos endossadas pelos próprios partidos, refletindo assim, em menos eleitas e eleitos negros.

Ademais, o que se tem notado é que, quando são eleitas e eleitos, esses representantes têm maiores dificuldades no campo político, são mais ameaçados, sofrem mais achincalhes públicos, ou mesmo são alvos de situações horripilantes, tal qual foi a morte de Marielle. Ainda assim, são essas mobilizações que garantem que o futuro chegou, mesmo a despeito de todos os ataques, e o futuro da consolidação política do Brasil atual não deixará de passar pelos alinhamentos propostos por esses grupos de eleitas e eleitos.

E se Marielle poderia ser mais uma voz engrossando essa transformação, caso viva estivesse, ela exerce esse papel quando se transformou numa ideia de como fazer e ocupar a política a partir do condicionante da diferença. E a diferença não é vista como demérito, mas sim, como agregadora, como fator inclusivo, como representação de avanço. Marielle hoje está presente, Marielle hoje mobiliza e faz acontecer diversas ações

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93

e atos, posições e correntes que envolvem e organizam ainda mais as mulheres negras brasileiras.

Marielle, hoje, se organiza como uma categoria-chave para entender a política institucional e partidária brasileira, uma categoria que localiza a ausência e a falência do Estado. Especialmente, quando essa postura do Estado demonstra uma falta de consolidação em favor da cidadania política para mulheres nos seus diversos segmentos e demandas. Marielle organiza mais uma lente para entender como a política brasileira olha para o protagonismo e atuação das mulheres negras no campo da política. Marielle se transformou inclusive em nome de coletivos, associações, grupos feministas, segmentos dentro de movimentos sociais, como ‘GT Marielle’ ou ‘setorial Marielle’.

Desses vários segmentos e grupos, ressaltamos o Fórum Marielles, que desenvolveu um trabalho amplo nas últimas campanhas eleitorais. Trabalho que objetivava não só fortalecer candidaturas de mulheres negras, mas também de conscientização do papel da eleitora negra nos rumos da democracia, e neste momento, no âmbito municipal. O Fórum Marielles acirra o campo político, questiona e convoca as mulheres negras para pensarem sua condição no jogo democrático. Consideramos um exemplo contundente desse movimento, o slogan lançado pelo Fórum; o card alertava que: “Na hora de votar não esqueça a máscara, o título, o RG, a caneta e que você é PRETA!”.

Marielle floresceu como uma mobilização que se tornou uma forte reação à política brasileira, ao projeto de democracia que nos forja e organiza. As eleições municipais no Brasil inteiro demonstraram isso, seja no número de candidatas negras, seja nas eleitas, algumas sendo emblemáticas, como Erika Hilton em São Paulo e Carol Dartora em Curitiba. Ainda assim, outros reveses se apresentam, como as ameaças que essas representantes da política institucional passam a sofrer. Vale enfatizar que a vereadora negra e mulher trans Benny Brioly, também eleita no pleito de 2020, optou por não exercer o mandato, e saiu do país, após receber uma série de ameaças.

A vereadora, também carioca, chegou a declarar que poderia acontecer com ela o que aconteceu com Marielle. Demonstrou, assim, que o espaço da cena pública brasileiro continua sendo alimentado pelos atos de ódio e violência, e agora, ainda são endossados por grupos específicos que ocupam cargos eletivos e chefias na esfera do executivo

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93

federal, mas também nas esferas municipais e estaduais. Mas, assim como as mulheres negras criaram estratégias seculares para sobreviver no Brasil, bastando ter sido oferecida apenas uma chance para alterarem as suas vidas, assim é a presença das mulheres negras em maior número nos espaços legislativos e judiciários do país. Neste sentido, Marielle é adubo para sementes férteis mesmo em solo de terra que parece arrasada, ou seja, ainda assim, conseguem florescer no campo político.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2021.

COMITÊ IMPULSIONADOR DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015. **Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver**. Brasília, 2014.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. In: **UNIFEM. Programa Igualdade Gênero e Raça**. Cruzamento: raça e gênero. 2002. Disponível em:

GELEDÉS. Instituto da Mulher Negra. Identidade Feminina. **Cadernos Geledés 4/Edição Comemorativa de 23 anos**. Geledés, 1993. Reedição online.

GLEASON, Judith. **Oya**: um louvor a uma deusa africana. Tradução: Angela do Nascimento Machado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Instituto Marielle Franco**, 2024. Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle>. Acesso em: 03 out. 2024.

LEMONS, Rosalia de O. MULHERES NEGRAS MARCHAM EM 201 PELO BEM VIVER. **SER Social**, [S. l.], v. 17, n. 36, p. 207, 2015

PENA, João Soares. O quarto de empregada e a morte de Miguel. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 1, p. 110-117, 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. O ódio como marca e a encruzilhada da democracia no Brasil. In: MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. **Historiadores pela democracia**: o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2016.

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93

RIBEIRO, Matilde. **Institucionalização das Políticas de Igualdade Racial no Brasil: Percursos e estratégias – 1986 a 2010.** 2010. Tese (Doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia; RANGEL, Patrícia. Paradoxo da igualdade: gênero, raça e democracia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 69, n. 1, p. 39-44, Mar. 2017.

SOARES, Cecília M. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, n. 17, 1996.

UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS (org.). **Primavera para Rosas Negras: Léila Gonzalez em primeira pessoa.** São Paulo: Diáspora Africana. 2018.

Recebido em: 07/11/2024 Aprovado em: 28/02/2025
--

Marielle Franco mulheres negras e a democracia no Brasil: breves apontamentos sobre as disputas às gramáticas políticas – Yercia Assis – p. 78-93